

## Senadores questionam Meirelles sobre tarifas cobradas por bancos

As tarifas bancárias foram um dos pontos do questionamento ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, pela Comissão de

Assuntos Econômicos. Senadores criticam as taxas que, segundo Aloizio Mercadante, respondem por 20% das receitas dos bancos. **Página 6**



Célio Azevedo

Meirelles (2º à dir., ao lado de Mercadante) falou à comissão sobre o desempenho das contas do governo federal

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.677 – Brasília, quarta-feira, 26 de setembro de 2007

## Acordo prevê retomada das votações

O Senado deve votar hoje medidas provisórias e propostas que obstruem sua pauta e, logo em seguida, examinar o projeto de resolução que torna aberta ao público a sessão de julgamento da perda de mandato parlamentar. O anúncio do acordo foi feito ontem pelos líderes do governo, Romero Jucá, e do PSDB, Arthur Virgílio. O líder do DEM, José Agripino, quer votar também as propostas de emenda constitucional que acabam com o voto secreto nas deliberações. **Página 3**

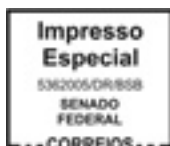
José Cruz



### TCU aponta irregularidades em 77 obras

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Walton Rodrigues, entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, um relatório que relaciona 77 obras públicas federais com indícios de irregularidades graves. O Congresso Nacional pode suspender o repasse de recursos para esses contratos, que somam R\$ 5 bilhões e terão acompanhamento especial do tribunal. **Página 2**

Walton Rodrigues (E) entrega a Renan Calheiros relatório sobre obras federais



### Comissão aprova política de combate à desertificação

O poder público deverá diagnosticar o avanço do processo de degradação ambiental nas áreas consideradas de risco e instituir mecanismos para protegê-las. Esse é um dos pontos da política de combate à desertificação prevista em projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A proposta ainda será submetida a segundo turno de votação. **Página 8**



Jane Araújo

Inácio Arruda (em pé) é autor do projeto acolhido pelos integrantes da comissão

### Preço alto, estímulo à pirataria

Participantes de audiência defendem mudanças legais para combater pirataria de produtos audiovisuais e softwares, mas preço alto é indicado como estímulo à prática. **Página 7**

### Projeto obriga desconto no preço à vista

Pode ser considerada prática abusiva a oferta de produtos ou serviços pelo mesmo valor da venda a prazo, conforme projeto aprovado por comissão do Senado. **Página 8**

Relatório do Tribunal de Contas da União entregue ontem pode levar ao bloqueio de verbas no Orçamento para 2008



Ao lado de Cláudio Vignatti (D), Renan recebe Walton Rodrigues e Guilherme Palmeira

## TCU aponta indício de irregularidade grave em 77 obras públicas

Acompanhado do ministro Guilherme Palmeira, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Walton Rodrigues, entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o relatório sobre obras públicas com indícios graves de irregularidades e que, em razão disso, podem ter as verbas bloqueadas na proposta de Orçamento para 2008.

Ao lado do deputado Cláudio Vignatti (PT-SC), relator do Plano Plurianual (PPA) para 2008-2011, Renan recebeu o documento lembrando que é papel constitucional do Congresso, com o auxílio do TCU, realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade e legitimidade de seus atos. Ao dei-

xar o gabinete, Walton Rodrigues explicou o significado da entrega do documento.

– A importância desse relatório é submeter ao Congresso, como fórum máximo de deliberação das grandes políticas nacionais, um documento que vai orientar a elaboração das leis orçamentárias.

Walton Rodrigues informou que o relatório lista 77 obras com indícios de irregularidades graves, todas com recomendação para que sejam paralisadas. E acrescentou que o valor global dos contratos com irregularidades é de R\$ 5 bilhões.

O presidente do TCU explicou ainda que o Congresso Nacional pode suspender o repasse de recursos para essas obras, “simplesmente em vista dessas irregularidades”.

## Mário Couto pede criação de CPI para investigar Dnit

O senador Mário Couto (PSDB-PA) pediu a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). A solicitação, esclareceu, se justifica pelo fato de o departamento comandar 21 das 77 obras com irregularidades graves, constatadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme relatório encaminhado ao Congresso, referente à investigação de 231 obras federais.

O parlamentar informou que os investimentos totalizam R\$ 23 bilhões. Em cada grupo de cinco obras, assinalou, uma está irregular.

– Se nada acontecer, estamos liberando os administradores públicos para praticarem atos de corrupção – afirmou.

Para o senador, o governo gasta mal e sem nenhuma gestão.

– Lula está sendo salvo pela proteção de “nossa senhora da bolsa-família”. O resto é dinheiro público jogado pela janela. Não sou eu quem diz, é o Tribunal de Contas da União – frisou.

Mário Couto também condenou gastos do Palácio do Planalto com solenidades, no valor de R\$ 2,5 milhões, e com jantares, no montante de R\$ 2,2 milhões.



Mário Couto: Dnit comanda 21 das 77 obras irregulares identificadas pelo TCU

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Sessão deliberativa

O Plenário realiza sessão às 14h. Entre os itens da pauta, está o Projeto de Lei de Conversão 26/07, que trata do prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de Previdência Social.

### Homenagem às mulheres na Semana do Turismo

Às 8h, as bancadas femininas da Câmara e do Senado tomam café-da-manhã com a ministra do Turismo, Marta Suplicy, e representantes do setor. O encontro faz parte da 1ª Semana Nacional do Turismo. Às

14h, ocorre ato político em defesa do turismo como instrumento de desenvolvimento nacional. Às 19h, as mulheres de destaque no setor recebem prêmio da Confederação Nacional do Comércio.

### CCJ examina mudança no Código de Processo Civil

A partir das 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa 16 proposições. Entre os projetos, está o que altera o Código de Processo Civil a fim de estabelecer prazo de 180 dias para

que o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça julguem ações sobre infrações penais comuns e de crimes de responsabilidade de pessoas que têm prerrogativa de foro especial.

### Audiência reúne atletas dos Jogos Pan-Americanos

A Comissão de Educação (CE) promove audiência, às 10h, para homenagear os atletas brasileiros que participaram dos Jogos Pan-Americanos de 2007 e colher informações sobre a realização da competição.

No mesmo horário, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se para debater a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária. Estão convidados representantes da Embrapa.

### Assuntos Sociais vota projeto sobre doação de órgãos

Projeto que visa assegurar o atendimento da vontade das pessoas que em vida manifestarem o desejo de serem doadores de órgãos será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 11h. A pauta inclui ainda outras dez proposições,

como o requerimento de debate sobre projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Fundação Nacional de Saúde, com propostas voltadas para o saneamento básico em comunidades indígenas e quilombos.

### Conselho analisa relatório de processo contra Renan

O Conselho de Ética examina, a partir das 17h, o parecer do senador João Pedro (PT-AM) sobre o segundo processo contra Renan Calheiros (PMDB-AL). Às 15h, a Comissão Temporária Externa - Pagraisa promove reunião administrativa e vota requerimentos.

### Segurança de vôo em aeroporto de pista curta

Às 9h, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) realiza a segunda audiência para avaliar tecnologias destinadas a evitar acidentes em aeroportos de pista curta. Entre os convidados está o diretor de Segurança de Vôo do Sindicato dos Aeronautas, Carlos Camacho.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Weiller Diniz

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920**

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Efraim Morais e Mão Santa

Oposição concorda em votar MPs que trancam a pauta e indicações do Executivo, mas quer garantir o exame de propostas pelo fim do voto secreto

## Líderes anunciam acordo para retomar votações

Os líderes do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), e do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciaram em Plenário os termos do acordo firmado para a votação, hoje, das cinco medidas provisórias (MPs) que estão trancando a pauta do Senado e de indicações da Presidência da República para cargos no governo, que ainda serão definidas por consenso.

Virgílio disse que o entendimento prevê a votação das MPs e, em seguida, a deliberação sobre o projeto (PRS 55/07) que acaba com sessão secreta no Senado, de autoria dos senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

O acordo também determina o início da tramitação de duas propostas de emenda à Constituição que acabam com o voto secreto. O texto mais abrangente é de Paulo Paim (PT-RS), pois elimina o voto secreto em qualquer situação. A outra proposição é do então senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e acaba apenas com votação secreta em processo de perda de mandato parlamentar.

Ficou acertado ainda



Virgílio condiciona exame de MPs à votação do fim do voto secreto

que terá início hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o exame da proposta que determina o afastamento de presidente de comissão, integrantes da Mesa do Senado e do Conselho de Ética que estejam respondendo a processo por quebra de decoro (PRS 37/07).

Romero Jucá informou que o entendimento também possibilitará a instalação da CPI das ONGs, criada por requerimento do senador Heráclito Fortes (DEM-PI). O líder do governo acrescentou que o Plenário poderá votar autorizações para empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial ao governo



Romero Jucá destaca busca de entendimento com a oposição

federal.

### Afastamento

Quanto ao projeto de resolução que prevê o afastamento obrigatório de membro da Mesa ou presidente de comissão que seja alvo de investigação no Conselho de Ética, Jucá disse que a matéria ainda requer acordo entre as lideranças partidárias.

– Chegamos ao entendimento de que essa matéria precisa ser discutida na CCJ. Mas é preciso que se construa um mecanismo que não fragilize, inclusive, a posição dos presidentes de comissões e membros da Mesa. Não pode ser qualquer denúncia a razão de se afastar um membro de um colegiado – frisou.

## DEM considera exame do voto secreto como “precondição”

O líder do Democratas, senador José Agripino (RN), afirmou ontem que seu partido coloca o exame dos projetos que exigem o voto aberto no Senado como “precondição para qualquer acordo” que permita a retomada de votações.

Agripino propõe que a primeira matéria a ser examinada seja a proposta de emenda à Constituição do então senador Sérgio Cabral que prevê voto aberto somente nos processos de cassação de mandatos parlamentares.

Na sequência, ele quer o exame do projeto do sena-

dor João Durval (PDT-BA) que determina o afastamento de integrante da Mesa ou do Conselho de Ética que responda a processo por quebra de decoro. O texto deve, antes, ser aceito pelo Conselho de Ética.

A terceira votação exigida pelo DEM é a da proposta de emenda à Constituição do senador Paulo Paim que acaba com qualquer votação secreta no Congresso. Agripino acha que esse deve ser o último texto a ser votado, pois teme a sua rejeição.

– Imagina o Plenário do Senado derrotar uma emenda constitucional que acaba



Agripino quer instalação da CPI das ONGs no acordo para desobstrução

com o voto secreto depois de tudo que aconteceu nos últimos dias – avaliou.

O líder incluiu ainda no acordo com o governo a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, criada há alguns meses. O democrata Heráclito Fortes (PI) é o autor do requerimento da CPI.

## Casagrande vê oportunidade para avanço no Senado

“O que tem de positivo com relação ao caso envolvendo o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) é a possibilidade que o Senado tem de promover o aperfeiçoamento institucional.” A opinião foi emitida pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES) ao defender a retomada das votações das matérias que estão obstruindo a pauta da Casa e, logo em seguida, a deliberação sobre o fim das sessões secretas.

Na avaliação do parlamentar pelo Espírito Santo, as sessões secretas representam um comportamento medieval que o Senado ainda adota. Por outro lado, ele reconheceu que os que defendem o voto secreto para alguns casos têm legitimidade para fazê-lo. Mesmo assim, Casagrande antecipou sua posição a favor do voto aberto em qualquer situação.

– Acho importante que o Senado Federal entre na discussão do voto aberto ou secreto. É importante que a Casa faça esse debate com a sociedade. Temos que avançar na pauta e também é necessário que as investigações envolvendo o senador Renan Calheiros continuem. O presidente do Conselho de Ética, senador Leomar Quintanilha [PMDB-TO], tem que definir os relatores das outras representações – afirmou Casagrande.



Casagrande apóia acordo pela desobstrução da pauta de votação

## Ideli: líderes são responsáveis pela instalação da CPI das ONGs

A líder do Bloco de Apoio ao Governo, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), afirmou ontem que todos os líderes da Casa são responsáveis pelo acordo relativo à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, o que inclui a definição sobre o partido que terá a presidência e o que terá a relatoria da CPI.

Ideli também rechaçou acusações de que não teria interesse na instalação da CPI e que estaria sofrendo chantagem.

– Não aceito, não admito, não vou permitir que essa situação perdure neste Plenário. Quem tem acusação que a faça de forma clara, concreta, com provas, e não com insinuações – disse.



Ideli nega que seja contra a CPI e que esteja sendo chantageada

A senadora referia-se à reportagem da revista *Veja* do último fim de semana, segundo a qual Ideli teria envolvimento com ONGs e por isso estaria sendo pressionada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, a apoiá-lo em troca da não instalação da CPI.

## Presidente da Juventude do PSDB é abordada no Senado

Após ser cobrado pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), Efraim Moraes (DEM-PB), que presidia a sessão plenária, determinou a liberação imediata de Camila Castro, presidente nacional da Juventude do PSDB. A estudante, que se dirigia à liderança do partido para efetuar a entrega de um manifesto, vestia uma camiseta preta com os dizeres “Fora Renan” e foi interpelada por seguranças da Casa, que, segundo ela, a convidaram a “prestar esclarecimentos”.

Os seguranças do Senado alegaram que a abordagem a Camila ocorreu porque “nenhuma manifestação de apreço ou desapeço a qualquer parlamentar seria permitida nas dependências da Casa”. No entanto, de acordo com informações da Secretaria Geral da Mesa, a restrição vale apenas para manifestações nas galerias.

Conforme esclarecimentos da Polícia do Senado, a estudante não chegou a ser detida e nenhuma ocorrência foi registrada.

## Supremo nega liminar contra arquivamento do processo de Gim

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, indeferiu ontem liminar no mandado de segurança impetrado pelo PSOL contra decisão da Mesa do Senado de arquivar a representação do partido contra Gim Argello (PTB-DF). Ainda será julgado o mandado de segurança.

Gilmar Mendes argumentou que o caso do arquivamento da representação “parece estar entre

aqueles que, por interpretação sistemática das normas regimentais, encerram-se na competência exclusiva da Mesa Diretora da Casa Legislativa para avaliar as mínimas condições de processamento da representação por quebra de decoro parlamentar”.

O PSOL solicitava que fosse apurada a suposta participação de Gim nos crimes investigados pela Operação Aquarela.

Renan diz que estimula entendimento; Paim pede votações; Viana quer rapidez em processos; João Pedro vai sugerir suspensão; Marisa defende o Senado

## Paim cobra regulamentação de greve de servidor público

Paulo Paim (PT-RS) lamentou a falta de deliberação, pelo Congresso, sobre matérias de importância para o país. Ao criticar a “paralisação” dos trabalhos, disse que, se o Legislativo não votar a regulamentação do direito de greve dos servidores públicos federais, o Supremo Tribunal Federal (STF) irá fazê-lo, conforme já anunciou. Ele disse que em 1989 apresentou à Câmara projeto que está engavetado. Outra proposta sua tramita no Senado.

Paim citou o ministro Carlos Ayres Britto, do STF, o qual afirmou que a corte não pode obrigar o Congresso a atuar, acrescentando, contudo, que é da natureza do Supremo a necessidade de tomada de decisão.

O parlamentar mencionou também o ministro Celso de Mello, que teria dito que “não mais se pode tolerar este estado de continuada e inaceitável inércia” por parte do Legislativo. Para o ministro, segundo Paim, a omissão do Congresso, “além de lesiva ao direito dos servidores



Paim: projeto está parado desde a promulgação da Carta de 1988

públicos, traduz incompreensível sentimento de desprezo pela autoridade, valor e significado do direito de greve”.

Conforme o senador, o STF deu prazo de 60 dias para votação da matéria. Citando noticiário do jornal *Valor Econômico*, Paulo Paim lembrou que, dos 11 ministros do Supremo, oito criticaram a falta de regulamentação da greve no setor e determinaram que os funcionários deverão seguir, em suas paralisações, os mesmos limites impostos aos trabalhadores da iniciativa privada.

### Desobstrução

Paim, que falou no início

da sessão, fez um apelo a Alvaro Dias (PSDB-PR), que presidia a Mesa, para que os líderes chegassem a um acordo visando permitir a deliberação sobre matérias relevantes.

Em resposta, Alvaro lembrou que o impasse se devia à exigência da oposição para se colocar em votação, logo após o exame de medidas provisórias que trancam a pauta, a proposta de Paim determinando voto secreto em caso de perda de mandato. Mediante apertes, Gerson Camata (PMDB-ES) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) também trataram da questão.

### Enchente

Paulo Paim pediu ainda providências às autoridades estaduais e municipais para auxiliar a população da cidade gaúcha de São Sebastião do Cauí, que enfrenta situação de calamidade pública em decorrência de enchentes.

O senador também destacou a recondução de Artur Bueno ao cargo de presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Alimentação (CNTA).

## Marisa Serrano pede reação do Senado

Marisa Serrano (PSDB-MS) fez, da tribuna, apelo aos senadores para que se unam em torno da proposta de defesa da Casa, materializada numa campanha “Reaja Senado”. Ela disse que não é possível aceitar que pessoas proponham o fechamento do Senado e a instituição não responda.

– É chegado o momento de discutirmos o que fazer. Esta é a Casa da Federação, do equilíbrio. Todos os estados têm o mesmo peso em seus pleitos. Não podemos abaixar a cabeça. Se nós não pudermos reagir, quem poderá? – questionou.

A senadora lembrou que, na terça-feira da semana que vem, o Supremo Tribunal Federal vai formular as regras da próxima eleição. Ela afirmou que não se deve

admitir que a democracia perca o local onde a população pode dizer o que quer, deixando que outros Poderes falem pelo Legislativo.

– A quem interessa o enfraquecimento do Senado? A história mostra que governos com viés autoritário, quando querem dominar o país, fecham o Congresso.

Em apertes, Heráclito Fortes (DEM-PI) parabenizou Marisa Serrano pela proposta de defesa do Senado. Romeu Tuma (DEM-SP) disse que o povo não sabe mais que caminho a instituição está seguindo. Cristovam Buarque (PDT-DF) ponderou que ou os senadores mudam, ou a ideia de acabar com o Senado vai prosperar.

Mário Couto (PSDB-PA) exaltou a postura de Marisa



Marisa Serrano convoca senadores para defender a instituição

como relatora no primeiro processo contra Renan Calheiros. Já Expedito Júnior (PR-RO) considerou que o Senado está sendo negligente e não tem coragem de legislar. Eduardo Suplicy (PT-SP) disse esperar que sejam votadas logo todas as propostas que a sociedade quer ver aprovadas, como o fim do voto secreto.

## Conselho pode examinar segunda representação

Em reunião marcada para hoje, às 17h, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar poderá apreciar parecer do senador João Pedro (PT-AM) sobre a segunda representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. Vários senadores pediram ontem, em Plenário, a mudança do horário da reunião prevendo uma extensa pauta de votações na sessão deliberativa, mas até as 20h30 a assessoria do presidente do conselho, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), mantinha o horário da reunião.

Ontem, a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, indeferiu pedido de liminar no mandado de segurança impetrado na última sexta-feira pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE). O senador pede ao Supremo o direito de proferir voto secreto na sessão do Conselho de Ética na qual será apreciada a segunda representação.

## Novas regras para investigar quebra de decoro

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) examina hoje pareceres favoráveis do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) a dois projetos de resolução que estabelecem novas regras para a investigação de parlamentares acusados de quebra de decoro.

Do senador Delcídio Amaral (PT-MS), o PRS 37/07 determina que o parlamentar processado no âmbito do Senado será afastado do cargo de corregedor, de membro da Mesa, de membro do Conselho de Ética ou de presidente de comissão.

O PRS 40/07, do senador João Durval Carneiro (PDT-BA), pede impedimento e afastamento do Conselho de Ética ou da Mesa de senador que estiver sendo processado judicialmente por improbidade administrativa e crime contra a administração pública.

## Viana quer sessão única para decidir processos contra Renan

O vice-presidente do Senado, Tião Viana, voltou a defender a possibilidade de os relatórios referentes aos três processos por quebra de decoro parlamentar contra o presidente da Casa, Renan Calheiros, serem votados no mesmo dia em Plenário. Para Viana, essa seria uma resposta da instituição “ao que a sociedade deseja”.

O senador considerou “delicado” o fato de o presidente Renan Calheiros não ter sido convidado para a reunião de líderes, sem data e horário definidos, destinada a discutir com a oposição uma forma de destrancar a pauta de votações do Plenário. Ele disse acreditar que a ausência de Renan na reunião será “uma expressão da crise que o Senado vive”.

Para Viana, a Casa passa



Plenário deve decidir no mesmo dia sobre relatórios, propõe Viana

por um impasse político que só será solucionado quando os processos forem votados, já que o presidente da Casa acredita que a crise se resolverá com ele no cargo, enquanto a oposição pensa de forma oposta. O senador pelo Acre destacou, no entanto, que não toma partido nessa discussão por manter uma relação de “respeito institucional” com Renan Calheiros.

## João Pedro sugere esperar investigações da Câmara

Relator do processo que apura se o presidente do Senado, Renan Calheiros, fez tráfico de influência para favorecer a cervejaria Schincariol, João Pedro (PT-AM) anunciou que vai sugerir hoje, durante a reunião do Conselho de Ética, a suspensão do processo até que a Câmara dos Deputados avance nas investigações sobre o mesmo assunto, já que o caso envolve o deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), irmão de Renan.

Em entrevista à imprensa, ele disse ainda que as investigações poderão ser retomadas no conselho a qualquer momento, desde que haja indícios da participação de Renan no caso.

– Sobrestar não é arquivar – explicou João Pedro, ao acrescentar que irá propor ao senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), presidente do Conselho de Ética, que solicite cópia dos autos e das oitivas já realizadas na Câmara.

A representação, protocolada pelo PSOL com



“Sobrestar não é arquivar”, afirma João Pedro sobre sua sugestão

base em denúncias da revista *Veja*, investiga se o presidente do Senado teria intercedido a favor da Schincariol para quitar dívidas da cervejaria junto ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Receita Federal depois de a empresa ter pago R\$ 27 milhões por uma fábrica de refrigerantes de Olavo Calheiros. Na matéria, a revista afirma que a fábrica estava prestes a se fechar e não valia mais do que R\$ 10 milhões, e ainda que as dívidas da Schincariol com os órgãos do governo eram de cerca de R\$ 100 milhões.

## Arns critica MEC por querer acabar com escolas especiais

“Nunca antes na história deste país, a pessoa com deficiência mental foi tão maltratada pelo Ministério da Educação [MEC]”, disse Flávio Arns (PT-PR), ao acusar o MEC de estar pretendendo acabar com as escolas especiais.

– Depois de cinco anos de governo Lula, quando a turma já deveria ter aprendido a lição de casa, colocou para a educação especial, no Plano Nacional de Educação, que o objetivo do presidente é não criar mais escolas especiais.

Arns contou ainda que recebeu abaixo-assinado protestando pelo fato de o Tribunal de Justiça do Paraná ter cassado liminares



Nunca a pessoa com deficiência foi tão maltratada, diz Arns

que obrigavam o governo a conceder medicamentos de alto custo. O senador afirmou que já levou o assunto para o procurador-geral da República, e que tratará do caso com o Supremo Tribunal Federal e com o ministro da Saúde.

## Zambiasi pede a Lula socorro para gaúchos desabrigados

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) fez um apelo da tribuna ao presidente Lula para que assinasse uma medida provisória liberando verbas para socorrer os desabrigados das enchentes no Rio Grande do Sul.

– Depois das tempestades, os gaúchos enfrentam agora enchentes que vêm alagando suas cidades. Para piorar, a temperatura baixou e em algumas regiões caíram geadas.

### Dia do Rádio

O senador, ex-radialista, comemorou o Dia do Rádio, pedindo flexibilidade para o horário de transmissão do programa *A Voz do Brasil*. Zambiasi ponderou que as rádios das cidades



Zambiasi destaca serviço prestado pelas emissoras de rádio do RS

gaúchas seriam obrigadas, às 19h, a suspender seus serviços de ajuda à população atingida pelas enchentes para retransmitir o programa, não fosse uma ação da Associação Gaúcha de Rádio e Televisão no Superior Tribunal de Justiça.

## Ministra do Turismo reúne-se com bancadas femininas

As integrantes das bancadas femininas do Senado e da Câmara reúnem-se hoje com a ministra do Turismo, Marta Suplicy, para um café-da-manhã no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. O evento faz parte das comemorações da 1ª Semana Nacional do Turismo do Congresso Nacional, que tem como tema “O turismo abre as portas para as mulheres”.

Às 14h, também no Sa-

lão Nobre, será realizado ato político em defesa do turismo como instrumento de desenvolvimento nacional.

Dentro da programação da 1ª Semana do Turismo, foram lançados ontem os livros *À Mesa com Carybé e Artes e rituais do fazer, do servir e do comer no Rio Grande do Norte – Uma homenagem a Câmara Cascudo*, publicados pela editora do Senac.

## Informações sobre a situação dos emigrantes

O governo e o Congresso manterão um canal permanente de informações a respeito da situação de brasileiros no exterior, especialmente no que se refere às comunidades brasileiras no Paraguai e na Bolívia. A intenção foi anunciada ontem pelo embaixador Oto Maia, subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores, durante audiência pública da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Segundo Maia, existem aproximadamente 3 milhões de brasileiros vivendo no exterior. Desse total, 1,2 milhão encontram-se nos Estados Unidos, 315 mil no Japão e cerca de 400 mil no Paraguai – dos quais 120 mil já regularizados.

Oto Maia lembrou ainda que já existe uma dotação de R\$ 20 milhões, aprovada pelo Congresso, para apoiar o reassentamento dos brasileiros residentes no norte da Bolívia.

## Parlamentares querem fortalecer Programa Antártico

Os 18 senadores e deputados que fazem parte da Frente Parlamentar em Prol do Programa Antártico Brasileiro (Proantar) decidiram canalizar mais recursos para manter e fortalecer a estação brasileira na Antártica.

Ontem, durante a terceira reunião da frente, presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), cada parlamentar comprometeu-se a apresentar emendas ao Orçamento da União para 2008 no valor de R\$ 150 mil. Os recursos, observou Cristovam, também serão destinados à compra de um novo navio de pesquisa.

Na reunião, o contra-almirante Dilermando Ribeiro Lima, secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, fez uma explanação a respeito das perspectivas do Proantar para o próximo ano, e defendeu a importância da presença brasileira naquele continente.

Decisão da secretária de Inspeção do Trabalho é criticada por senadores que participaram de visita a empresa autuada no Pará

## Senadores defendem trabalho de comissão

A visita de comissão externa do Senado à empresa Pagrisa, de Ulianópolis (PA), foi defendida ontem pelos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Kátia Abreu (DEM-TO) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). A presença dos parlamentares na fazenda, autuada por fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego sob a acusação de empregar trabalhadores em condições análogas às de escravos, foi apontada pela secretária de Inspeção do Trabalho, Ruth Vilela, como justificativa para a decisão de suspender a fiscalização desse tipo de ocorrência.

– Se, no Senado Federal, temos senadores que praticaram falta de decoro e de ética, não significa que temos de fechar o Senado, como também, se no Ministério do Trabalho temos



Para Kátia Abreu, distorções devem ser corrigidas

falhas de alguns fiscais, não significa que temos de fechar o ministério – comprou a senadora.

Em aparte, Jarbas Vasconcelos também lamentou a decisão de Ruth Vilela, “como se o Senado tivesse se anunciado contra a fiscalização”.

Flexa Ribeiro protestou contra nota divulgada por José Nery (PSOL-PA) acusando a comissão de estar



Flexa Ribeiro lembra que ações libertaram vários trabalhadores

alinhada com os interesses da empresa. Segundo o senador do PSDB, a comissão é suprapartidária e só deseja o esclarecimento da verdade.

Cícero Lucena (PSDB-PB), que fez parte do colegiado que visitou a empresa, disse que voltou com o sentimento de que é preciso investigar profundamente o assunto para evitar a prática de alguma injustiça.

## José Nery teme problema institucional com ministério

José Nery (PSOL-PA) disse estar “preocupado” com a relação institucional entre o Senado e o Ministério do Trabalho, em razão da visita de comissão externa à fazenda da empresa Pagrisa, no Pará.

– Causaram-me espanto as declarações de alguns senadores que compuseram a comissão externa ao desqualificar, de forma preliminar, o trabalho reali-

zado pelo grupo móvel que, em ação de fiscalização, constatou a existência de trabalho análogo à escravidão – disse.

A secretária de Inspeção do Trabalho do ministério suspendeu as ações do grupo móvel, sob a alegação de que haveria “interferências políticas” no trabalho. Nery afirmou, ao ser questionado por Flexa Ribeiro, que não acompanhou a visita ao



Nery afirma ter se espantado com declarações sobre caso Pagrisa

Pará porque o colegiado não permitiu que membros da Comissão para Erradicação do Trabalho Escravo participassem da comitiva.

## Demostenes diz estar preocupado com Entorno do DF

Preocupado com a violência no Entorno do DF, Demostenes Torres (DEM-GO) considerou o envio de tropas da Força Nacional de Segurança para a região uma “notícia alvissareira”.

Afirmou, porém, que “a União esqueceu o Entorno no governo Lula e deveria, por essa razão,



Demostenes pede investimentos federais nos municípios da região

investir em planejamento para esses municípios”.

Segundo o senador, são necessárias ações urgentes para minimizar o pro-

blema. “A ONU já havia divulgado um estudo prevendo que nesta década o Entorno seria uma das dez regiões mais violentas do mundo. Quando fui secretário de Justiça de Goiás e Fernando Henrique era presidente, firmamos convênios com o Distrito Federal e com a União. Assim, pudemos aparelhar melhor as polícias comuns e criar toda uma infraestrutura para prevenir o aumento da criminalidade local”, disse.



Leopoldo Silva

Valadares propõe um exame cuidadoso de documento da ONU

## Valadares: real valorizado reduz competitividade

De acordo com Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), há um documento divulgado pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad/ONU) sobre as repercussões da crise de empréstimos imobiliários nos Estados Unidos “que contradiz o otimismo do governo brasileiro”.

O senador propõe que o trabalho seja examinado profundamente pelas autoridades do Brasil. Ele entende que não se podem descartar os alertas da equipe de economistas da ONU, especialmente a parte que fala da “valorização artificial” do real como “uma das causas da perda de competitividade da economia brasileira no mundo”.

O estudo – assinado por uma equipe liderada por Heiser Flassbeck, ex-ministro das Finanças da Alemanha – sustenta que o Brasil “ainda está altamente vulnerável”, afirmando que será difícil que o governo Lula consiga manter juros altos e ao mesmo tempo evitar a valorização do real. Afinal, continua sendo bom negócio tomar empréstimos baratos no Japão e aplicar em títulos no Brasil, que ainda pagam juros elevados. Para Flassbeck, “o que acabará sendo afetado, como resultado, é a capacidade do Brasil de competir”.

Valadares ressaltou que boa parte dos analistas de finanças externas começa a opinar que os desdobramentos da crise dos empréstimos imobiliários nos Estados Unidos não foram sustentados com a maciça injeção de dólares do Banco Central norte-americano (FED) para ajudar bancos em maior dificuldade.

Presidente do BC afirma, em audiência, que o Brasil vem diversificando o leque de países para os quais exporta

# Meirelles associa queda da inflação a tarifas bancárias

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, justificou as tarifas cobradas pelas instituições financeiras por seus serviços dizendo que “é um pouco difícil fazer uma afirmação genérica”, mas que o sistema de pagamentos no Brasil é quase totalmente processado pelo sistema bancário, ao contrário de países como os Estados Unidos. Ele também argumentou que, até 1994, uma grande parcela das receitas dos bancos provinha dos ganhos propiciados pela inflação – mais especificamente, com o chamado *floating*. Com a baixa da inflação, esses ganhos teriam sido gradualmente substituídos por aqueles provenientes das tarifas.

Meirelles fez essas afirmações ontem, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em que apresentou o desempenho das contas do governo no último trimestre.

Na ocasião, o senador Valter Pereira (PMDB-MS)



Meirelles (E), ao lado de Mercadante, explica desempenho do governo

disse que a cobrança de tarifas “é uma rouba-lheira, porque os bancos cobram o que querem; há uma leniência por parte do governo e, especialmente, do Banco Central”.

Conforme Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da comissão, as tarifas são responsáveis por cerca de 20% das receitas bancárias no Brasil.

Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou os lucros re-

gistrados pelas instituições financeiras do país, “maiores que os lucros de muitos bancos estrangeiros”.

Após a audiência, Valter Pereira declarou que “a explicação de Meirelles foi pífia”, e Mercadante ressaltou que a CAE deve realizar em breve uma audiência com o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) para discutir a questão das tarifas bancárias.

## “Brasil obterá em breve o grau de investimento”

O Brasil pode obter em pouco tempo o chamado *investment grade* (grau de investimento), classificação dada aos países considerados “bons pagadores”, de acordo com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

– Eu diria que está mais perto de ocorrer em um ou dois anos do que em oito ou dez anos – afirmou ele em resposta ao senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Meirelles, no entanto, frisou que as agências de classificação de risco – as empresas que elaboram esse tipo de avaliação – “passam por um momento particularmente delicado”, pois, segundo ele, muitas das decisões de investimento que desembocaram na recente crise financeira dos Estados Unidos tiveram base nas notas atribuídas por essas agências.

– De qualquer maneira, tais agências estão sujeitas a questionamentos e, portanto, estão sendo cuidadosas – assinalou.

### Desaceleração mundial

Quanto às perspectivas sobre a economia mundial, o presidente do Banco Central declarou que “o cenário base hoje prevê os Estados Unidos crescendo um pouco menos do que antes da recente turbulência financeira”.

Nesse contexto, a economia mundial seria pouco afetada, mantendo suas taxas de crescimento ou registrando uma “desaceleração moderada”.

Meirelles, porém, reconheceu que ainda há um “cenário de risco”, no qual os Estados Unidos entram em recessão e o impacto sobre o crescimento mundial seria maior. Nesse caso, os países que exportam para os Estados Unidos, como o Brasil, seriam afetados.

– Mas [o nível das exportações brasileiras para os Estados Unidos] é muito menor que o de outros países emergentes – ressaltou ele, acrescentando que o Brasil vem “diversificando muito o leque de países para os quais exporta”.

## Mercadante resalta números positivos do país

Ao comentar a presença do presidente do Banco Central na CAE, ontem, Aloizio Mercadante assinalou que, na oportunidade, foi possível fazer um balanço do êxito da política econômica.

O senador lembrou a inflação abaixo de 4% há um ano e meio e a redução da vulnerabilidade externa. De acordo com ele, as reservas cambiais líquidas do Brasil, em 2002, eram de US\$ 16 bilhões, contra US\$ 162 bilhões hoje. Em sua opinião, “foi isso que garantiu o bom desempenho do Brasil durante a crise financeira internacional que teve origem no mercado imobiliário dos Estados Unidos”.

### Estratégia

– A estratégia econômica de gerar grandes superávits comerciais, de acumular reservas cambiais e de reduzir a dívida externa na sua relação com o produto interno bruto permitiu não apenas o crescimento, como a estabilidade nas contas públicas, dando condições ao Estado de investir em logística e em infraestrutura, o que está sendo feito com o Programa de Aceleração do Crescimento – mencionou.

O mais importante, no entanto, conforme o senador, é que o período dos últimos três anos apresenta os melhores indicadores de distribuição de renda e de combate à pobreza e à miséria. Mercadante disse que o grande desafio para manter o crescimento vai ser resolver os problemas de estrangulamento energético, de transporte, de energia e de logística em geral.

Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que, “se o Brasil está tão bem, não precisa prorrogar a CPMF”. Mercadante respondeu que a contribuição é indispensável para o financiamento das políticas públicas e sociais. Ideli Salvatti (PT-SC) destacou que só paga CPMF quem movimenta conta bancária – apenas 15% da população – e Mário Couto (PSDB-PA) pediu que o governo tome providências contra a “sangria dos cofres públicos pela corrupção”.

## Casagrande cobra maior redução dos juros

A defasagem entre o ritmo de redução da taxa básica de juros (Selic) e o das taxas efetivamente cobradas dos consumidores foi criticada por Renato Casagrande (PSB-ES), durante a audiência com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

A taxa básica está vinculada às taxas de financiamento de curtíssimo prazo utilizadas nos empréstimos entre bancos (mercado interbancário) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia.

Casagrande lembrou que a taxa Selic caiu de 14,25% para os atuais 11,25% ao ano, em um período de aproximadamente 12 meses – uma queda de 21%. Já a taxa de juros média cobrada das pessoas físicas teria caído, no mesmo período, de 137,65% para 131,62%, o

que representa uma redução muito menor: 4,4%.

O senador ressaltou ainda que os representantes do setor bancário, ao justificarem a defasagem, argumentam que ainda faltam medidas a serem implementadas pelo governo ou aprovadas pelo Congresso que dariam mais segurança para uma maior redução dos juros cobrados do consumidor final.

Casagrande, no entanto, ressaltou que “já passou do momento de utilizar tal desculpa, pois estamos em um nível de estabilidade econômica que permite às instituições financeiras uma redução maior. O sistema bancário vive a vida fácil dos juros exorbitantes. Há um nível de irresponsabilidade nisso”, declarou.

### Livre mercado

O presidente do Banco Central reconheceu que a

queda da taxa básica não vem sendo acompanhada de forma proporcional por reduções nas taxas pagas pelos consumidores.

Ele apontou a competição entre as instituições financeiras como uma forma de redução das taxas de juros e frisou que o Conselho Monetário Nacional vem adotando uma série de medidas para aumentar a concorrência. Uma dessas medidas seria a contabilidade, a qual permitirá, segundo Meirelles, que “o consumidor possa mudar de banco com facilidade”.

Outra é o cadastro positivo, cuja proposta tramita no Congresso, e seria uma base de dados com os “bons pagadores”. De acordo com Henrique Meirelles, essa inovação daria maior poder de negociação aos clientes dos bancos.



Leopoldo Silva

Lúcia Vânia: setor emprega 2 milhões de mulheres no Brasil

## Dia do Turismo será comemorado em sessão especial

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou sessão especial que será realizada amanhã, pelo Senado, em comemoração ao Dia Mundial do Turismo. O evento integra a 1ª Semana Nacional do Turismo do Congresso Nacional, cujo tema é "O turismo abre as portas para as mulheres".

Segundo a senadora, que preside a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o setor emprega quase 2 milhões de mulheres no país, das quais 40,12% têm carteira assinada. Elas recebem 70% da remuneração paga aos homens, acrescentou.

## Camata critica demarcação de terra no ES

Gerson Camata (PMDB-ES) criticou ontem, em Plenário, decisão tomada no fim do mês passado pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, favorável à demarcação de 11 mil hectares pleiteados por comunidades indígenas do Espírito Santo, em terras pertencentes à Aracruz Celulose.

Segundo Camata, o anúncio da demarcação provocou uma "surpresa desagradável", tendo em vista que a Aracruz, a convite do próprio ministério, estava em meio a um processo de negociação.



Leopoldo Silva

Camata: decisão do ministro da Justiça causou surpresa no estado

Especialistas debatem medidas de combate a crimes contra a propriedade intelectual e industrial

# Alto preço dos filmes estimula a pirataria

Os altos preços dos filmes em DVD foram apontados ontem como um dos estímulos à pirataria no setor, durante audiência pública conjunta da Comissão de Educação (CE) e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. O objetivo foi colher subsídios para anteprojeto de lei de combate a esse delito.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Videolocadoras (ABV), Ricardo Pimenta, as locadoras no Brasil pagam mais que o dobro do preço médio mundial de filmes. A média é de R\$ 100 por título no país contra 25 dólares no resto do mundo, informou. Ele citou a Argentina, onde os filmes são vendidos às locadoras pela metade dos preços cobrados no Brasil.

Na opinião do senador Flávio Arns (PT-PR), que juntamente com a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) propôs a audiência, a indústria precisa baixar os preços desses produtos para, assim, contribuir com o combate à pirataria. Marisa e Arns ressaltaram a necessidade de reprimir e combater o crime organizado que se dedica à violação da propriedade intelectual.

Já o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) classificou os altos preços de "gulodice demais".

Por sua vez, o representante da Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (Abapi), José Henrique Vasi Werner, disse que é preciso resolver as deficiências no sistema legal para tornar eficiente o combate à pirataria.

Manuel Antônio dos Santos, representante da Associação Brasileira de Software (Abes), lembrou que a pirataria no *software* prejudica o desenvolvimento tecnológico, na medida em que atinge as empresas que investem no setor. Isso tem conseqüências negativas na arrecadação de impostos e na criação de empregos, salientou.

Para o representante da Associação Antipirataria Cinema e Música (APCM), Cleinton Wilson Jorge, deve-se combinar repressão com educação. Ele observou que os jovens que usam o computador para copiar músicas e filmes e piratear esses produtos podem ser criadores no futuro, argumento que, a seu ver, deve fazer parte da educação contra a pirataria.



J. Freitas

Na audiência, Cleinton Jorge, Ricardo Pimenta, Cristovam Buarque (presidente da CE) e José Henrique Werner

## Anteprojeto da CE propõe medidas de combate ao delito

O anteprojeto de lei da Comissão de Educação visa combater a violação à propriedade intelectual e industrial, especialmente a praticada de forma sistemática por organização criminosa.

A proposta altera o Código Penal, o Código de Processo Penal e as leis sobre propriedade intelectual de programa de computador, direitos autorais e propriedade industrial, com a finalidade de reprimir a contrafação (reprodução não autorizada do conteúdo ou da forma de uma obra intelectual), bem como de estimular tal prática.

## Cristovam: "É preciso evitar, e não apenas combater efeitos"

O presidente da Comissão de Educação, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ressaltou que o anteprojeto de lei deve contemplar também medidas que evitem a pirataria e não apenas combatam seus efeitos. Ele destacou que o avanço tecnológico e a tolerância cultural do povo brasileiro contribuem para que a prática de falsificação se intensifique.

O senador Flávio Arns afirmou que a sociedade brasileira não considera a pirataria uma atividade criminosa, oposto do que acontece, por exemplo, em relação ao narcotráfico. A seu ver, a tolerância diante

da contrafação é um fenômeno cultural no Brasil, o que dificulta o combate a esse crime.

Geraldo Mesquita Júnior opinou que o anteprojeto ainda está "prolixo e extenso". O parlamentar declarou que não concorda com a parte do texto que prevê, além da destruição dos bens produzidos de forma ilícita, a possibilidade de sua doação.

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Marco Maciel (DEM-PE), considerou importante a iniciativa da CE de apresentar um projeto de lei que trata da contrafação.

## Prática afeta arrecadação e emprego

Com a pirataria, no Brasil, de CDs, DVDs, *softwares* e outros produtos, como medicamentos, calçados, roupas e eletrodomésticos, o governo deixa de arrecadar em impostos, por ano, cerca de R\$ 30 bilhões, conforme dados do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual – órgão criado com a finalidade de fiscalizar a atividade do mercado informal de produzir e vender artigos sem licenciamento.

Segundo o conselho, os números da pirataria no país "são alarmantes". A cada dez CDs legítimos vendidos, outros cinco são piratas (comprados diretamente com ambulantes) e outros tantos copiados pela internet. Os dados demonstram ainda que comprar produtos pirateados já se tornou um hábito do brasileiro: cerca de 42% da população consome algum tipo desses produtos.

No setor de trabalho, é estimado pelo conselho que, para cada emprego informal criado (como uma nova barraca de camelô), seis formais sejam perdidos e que cerca de 2 milhões de empregos são fechados (ou deixam de ser abertos) por ano por causa da pirataria.

### Música

O Brasil também está entre os dez países com maior incidência de pirataria musical, conforme relatório da Federação Internacional da Indústria Fonográfica (IFPI). Segundo dados da entidade, entre 2003 e 2005, 40% dos CDs contendo música foram pirateados no país.

O relatório também indica que a pirataria em geral no Brasil caiu 12% entre 2003 e o início de 2006.

CPI da Câmara dos Deputados produziu um relatório de 342 páginas sobre o assunto e propôs projetos determinando a criação de novas fórmulas para a fiscalização de produtos. Durante os trabalhos da comissão, foi preso o contrabandista coreano Lan Kin Chong, chefe de uma poderosa estrutura de pirataria de produtos comercializados no Brasil, a partir de São Paulo.



Leopoldo Silva

Alvaro: licitações de município na internet, em tempo real

## Alvaro elogia prefeito de Nova Santa Bárbara

Alvaro Dias (PSDB-PR) parabenizou a iniciativa do prefeito do município de Nova Santa Bárbara (PR), Júlio Bitencourt, de disponibilizar na internet as licitações da prefeitura. As licitações são realizadas na Câmara de Vereadores, onde o prefeito instalou câmeras de vídeo e equipamentos de áudio.

– A meta é permitir que as pessoas, em qualquer lugar do mundo, possam acompanhar em tempo real as licitações, e, se acharem necessário, questioná-las, assim como os interessados poderão interpor recursos *on line* – disse o senador.



Leopoldo Silva

Heráclito lembra episódio em que Lula anunciou auto-suficiência

## Heráclito diz que déficit de petróleo contradiz Lula

Ao lembrar que Lula, na campanha pela reeleição, sujou as mãos de óleo para anunciar que o Brasil tinha conquistado a auto-suficiência na produção de petróleo, Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que os fatos comprovaram que a realidade é bem diferente.

O senador comentou que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) informou este mês que o déficit da balança comercial de petróleo e derivados aumentou 274% nos primeiros sete meses de 2007, em comparação com o mesmo período de 2006.



Leopoldo Silva

Decisão deveria ser do Legislativo e não do Judiciário, diz Colombo

## Colombo espera que STF decida em favor da fidelidade

Raimundo Colombo (DEM-SC) manifestou ontem sua expectativa de que o Supremo Tribunal Federal (STF) mantenha decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que proíbe aos detentores de mandato parlamentar a troca de partido, a chamada infidelidade partidária. A ação vai ser julgada pelo STF no próximo dia 3.

O senador lamentou, no entanto, o fato de a matéria acabar sendo decidida no âmbito do Judiciário, “quando a reforma política, incluindo a fidelidade partidária, é de responsabilidade do Congresso”.

Objetivo de proposta acolhida pela Comissão de Meio Ambiente é assegurar desenvolvimento sustentável

# Aprovada política contra desertificação

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem substitutivo defendido pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES), como relator *ad hoc*, ao projeto de lei do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) que define diretrizes para a Política de Combate e Prevenção à Desertificação.

Pelo projeto (PLS 70/07), caberá ao poder público tratar dos fatores que contribuem para o fenômeno, bem como das medidas de apoio ao desenvolvimento sustentável nas áreas ameaçadas pela desertificação.

A proposta prevê, ainda, que a política de combate à desertificação deverá diagnosticar o avanço do processo de degradação ambiental nas áreas consi-



Jane Araújo

Senadores acatam emenda para melhorar a vida das populações atingidas por fenômeno

deradas de risco. Com base nesse diagnóstico, deverão ser instituídos mecanismos de proteção e recuperação dos solos degradados e da vegetação, em áreas de risco ou afetadas pela desertificação, para estimular a política de gestão de recursos hídricos.

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO), a quem foi destinada a relatoria do projeto, argumenta que o processo de aparelhamento dos agricultores em áreas de risco de desertificação

não produzirá resultados se a questão da pobreza não for abordada. Segundo ele, é por falta de recursos financeiros que o pequeno proprietário rural se vê forçado a explorar excessivamente os recursos naturais de sua propriedade.

Por esse motivo, Marconi Perillo apresentou emenda ao projeto para incluir, entre os deveres do poder público, o de promover a agricultura familiar e a adoção de medidas que melhorem as condições

socioeconômicas das populações de áreas em risco de desertificação.

O relator *ad hoc*, Renato Casagrande, afirmou que os estados mais visados para as ações de combate à desertificação serão Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Paraíba, uma vez que detêm a maior parte de terras sujeitas ao processo de degradação do solo. Para o senador Sibá Machado (PT-AC), a ação prioritária da política proposta pelo projeto deve voltar-se para as nascentes de rios.

Como o projeto foi aprovado na forma de substitutivo, o presidente da comissão, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), marcou a votação da matéria, em turno suplementar, para a reunião da próxima terça-feira.



Leopoldo Silva

Suplicy discorda do presidente da Câmara da Indústria da Construção

## Suplicy defende substitutivo sobre pregão eletrônico

Eduardo Suplicy (PT-SP) rebateu ontem críticas do presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safady Simão, sobre o substitutivo que o senador apresentou na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao projeto (PLC 32/07) que altera a legislação reguladora das licitações públicas no Brasil.

No artigo “Os riscos da emenda Suplicy”, publicado na *Folha de S. Paulo*, o engenheiro argumenta que a adoção do pregão para licitação de obras públicas pode resultar em empresas pouco qualificadas.



Leopoldo Silva

“Esse divórcio é destruidor para o Brasil”, analisa Cristovam Buarque

## Cristovam vê distância entre instituições e povo

O desabafo de um estudante negro da Universidade Zumbi dos Palmares (Unizumbi), de São Paulo, levou Cristovam Buarque (PDT-DF) a fazer um alerta sobre o distanciamento das instituições político-governamentais, como o Senado, das reivindicações da sociedade. Essa manifestação de desgosto do estudante – que disse não se sentir parte do Brasil – ocorreu durante palestra do senador na Unizumbi.

– Grande parte da população não vê solução para os problemas que vivem – observou Cristovam.

## Aprovado requerimento que solicita auditoria no Ibama

Foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) requerimento do senador Heráclito Fortes (DEM-PI) para que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize auditoria na Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro) do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a fim de apurar denúncias de irregularidades nos projetos Pnud Bra-01.03 e 01.31.

Na última reunião da comissão, Sibá Machado (PT-AC) pediu sobreestamento do requerimento, alegando que tanto o Ibama quanto a Controladoria-Geral da União já estavam apurando as denúncias. Ontem, o senador revelou que o TCU estaria investigando irregularidades denunciadas em alocação de veículos e contratação de pessoal terceirizado. Ele apresentou documentos sobre o assunto e propôs

transformar o requerimento de auditoria em pedido ao TCU para que o tribunal remeta à CMA o resultado das investigações.

Heráclito Fortes protestou contra a tentativa de retirar do Senado a prerrogativa de investigar o Executivo. Segundo ele, a Casa não pode ficar esperando que outros órgãos exerçam seu poder fiscalizador.

Para o senador Raimundo Colombo (DEM-SC), os senadores estão perdendo espaço e poder a cada dia e essa situação precisa ser revertida. Renato Casagrande (PSB-ES) ponderou que as funções de fiscalização e controle não podem virar tema de disputa política.

A CMA aprovou, ainda, projeto de Papaléo Paes (PSDB-AP) estabelecendo que o Fundo Nacional do Meio Ambiente deverá financiar, prioritariamente, projetos que atuem em municípios com parte de suas áreas dentro de parques nacionais (PLS 320/05).

## Projeto diferencia preços à vista e a prazo para venda

Projeto de lei que considera prática abusiva a oferta ou venda à vista de produtos e serviços pelo mesmo valor da oferta feita a prazo foi acolhido ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A proposta também estabelece que o comerciante não poderá se recusar a conceder desconto sobre os juros incorporados às prestações de financiamento, na hipótese de quitação antecipada de uma ou mais parcelas pelo consumidor, sob pena de detenção de três meses a um ano, além do pagamento de multa.

O projeto (PLS 191/05), de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), modifica a Lei 10.962/04 – que dispõe sobre a oferta e as formas de afiação de preços de

produtos e serviços para o consumidor – e a Lei 8.078/90, que institui o Código de Defesa do Consumidor.

Valadares argumenta que é comum falar-se que o brasileiro não se preocupa com a taxa de juros embutida nos financiamentos de venda de bens e serviços, limitando-se a verificar se o valor da prestação cabe em seu orçamento. Com isso, as lojas não oferecem desconto para pagamento à vista, além de se servirem de informação enganosa de que o preço à vista pode ser pago em um certo número de parcelas, escondendo o preço do financiamento.

A proposta seguirá agora para a Câmara dos Deputados, caso não haja, no prazo de cinco sessões, a apresentação de recurso assinado por nove senadores para análise em Plenário.



Leopoldo Silva

Mão Santa lamenta degradação da vida social e política do Brasil

## Mão Santa: poetas não têm mais em que se inspirar

Citando trecho do poema *Pátria*, de Olavo Bilac, o senador Mão Santa (PMDB-PI) lamentou ontem a degradação da vida social e política do país tornada pública nos últimos anos pela imprensa com freqüentes denúncias de corrupção envolvendo governantes brasileiros.

Na avaliação de Mão Santa, a atual geração de poetas no Brasil, em face dos inúmeros problemas que afligem a sociedade, não tem mais em que buscar inspiração para cantar em versos o país, tal como fez Bilac.